

FUNDO DE PENSÕES ABERTO
EUROVIDA REFORMA VALOR

RELATÓRIO E CONTAS 2021

Índice

1. Relatório de Gestão	3
1. Âmbito	3
2. Enquadramento Macroeconómico	3
3. Evolução Geral do Fundo de Pensões e da Atividade Desenvolvida no período.....	8
4. Alterações com Impacto Significativo na Gestão do Fundo de Pensões	8
5. Política de Investimentos do Fundo de Pensões	8
6. Cumprimento dos Princípios e Regras Prudenciais Aplicáveis aos Investimentos do Fundo de Pensões	9
7. Limites de exposição e alocação estratégica vs alocação atual	9
8. Evolução da Estrutura da Carteira de Investimentos do Fundo de Pensões	10
9. Performance e Rendibilidade do Fundo de Pensões	11
10. Benchmarks	11
11. Evolução dos Riscos materiais a que o Fundo de Pensões se Encontra Exposto	12
12. Gestão dos Riscos Materiais a que o Fundo de Pensões se Encontra Exposto, Incluindo a Eventual Utilização de Produtos Derivados e Operações de Reporte e de Empréstimo de Valores	12
13. Nível de Financiamento das Responsabilidades do Fundo de Pensões	12
14. Considerações Finais	13
2. Demonstrações Financeiras.....	14
3. Anexo às Demonstrações Financeiras.....	16
4. Certificação do Revisor Oficial de Contas.....	31

1. Relatório de Gestão

1. Âmbito

O presente relatório tem como objetivo dar cumprimento ao estabelecido em Norma Regulamentar N.º 7/2010-R, de 4 de junho, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, relativa ao Relato Financeiro dos Fundos de Pensões, reportando-se a 31/12/2021.

O fundo de pensões é constituído, na data de reporte, por adesões individuais e adesões coletivas.

2. Enquadramento Macroeconómico

A recuperação da atividade económica em 2021 teve por base o sucesso do processo de vacinação, com a população a aderir de forma massiva, culminando em mais de 90% dos cidadãos com o plano vacinal completo. Apesar do aumento do número de casos ativos fruto da variante Ómicron, o número de pessoas com sintomas severos de doença e o número de óbitos eram, no final de 2021, inferiores em 70% ao registado no final de 2020.

Num contexto de pandemia gradualmente mais controlado, os diferentes sectores de atividade económica foram reabrindo e normalizando a suas operações, ainda que sujeitos a regras específicas e pontuais de mitigação da pandemia, como a utilização de máscara, obrigatoriedade de apresentação de certificado de vacinação ou teste negativo à Covid-19 para aceder a estabelecimentos lúdicos e de turismo, por exemplo.

No 4.º trimestre de 2021, o aumento do número de contágios pela variante Ómicron, obrigou as autoridades portuguesas a reativar um conjunto de medidas específicas para o período do Natal e Ano Novo, com o regresso ao teletrabalho obrigatório, encerramento de bares e discotecas, obrigatoriedade de teste negativo e a redução da lotação em estabelecimentos comerciais.

A economia portuguesa, em 2021, terá crescido 4,9% em volume, o ritmo mais elevado desde 1990, após a diminuição histórica de 8,4% em 2020, na sequência dos efeitos marcadamente adversos da pandemia na atividade económica. A economia iniciou o ano em contração, com um confinamento geral prolongado fruto da 3.ª vaga pandémica, e terminou com um confinamento parcial.

Dados Macroeconómicos

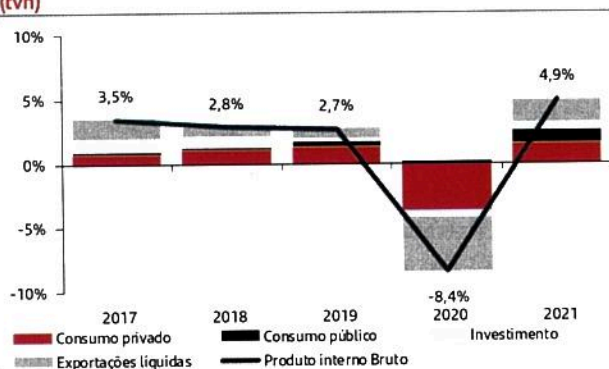
	2020	2021	2022 P
PIB	-8,4	4,9	5,1
Consumo Privado	-7,1	4,4	3,9
Consumo Público	0,4	5,0	4,6
Investimento	-5,7	7,2	12,3
Exportações	-18,6	13,0	17,7
Importações	-12,1	12,8	17,8
Inflação média	0,0	1,3	2,8
Desemprego	7,0	6,5	6,3
Saldo Orçamental (% do PIB)	-5,1	-4,2 (e)	-2,3
Dívida pública (% do PIB)	135,2	127,5	126,5
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	0,0	0,7	0,5

Fonte: INE, Banco de Portugal, Min. Finanças; Previsões: BdP e Estudos Santander Portugal

A procura interna contribuiu positivamente para o crescimento, após ter sido fortemente negativa em 2020, registando-se uma recuperação do consumo privado e do investimento. O contributo da procura externa líquida foi bastante menos negativo em 2021, tendo-se registado crescimentos significativos das importações e das exportações de bens e serviços.

Contributos para o Crescimento do PIB

(tvh)

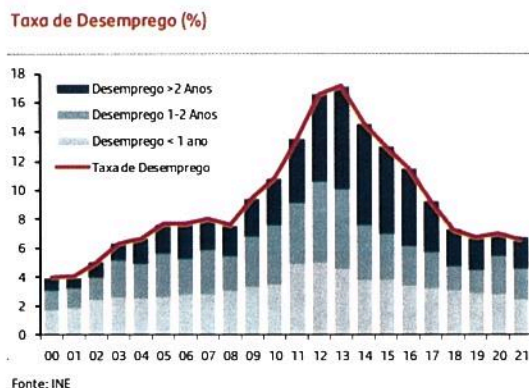


Fonte: INE

O consumo privado terá crescido cerca de 5% em 2021, tendo alcançado, no 4.º trimestre de 2021, o valor do final de 2019. O crescimento elevado em 2021 refletiu a recuperação das despesas em serviços, que beneficiaram do levantamento das medidas de contenção e do aumento da confiança com os progressos na vacinação. O consumo de bens duradouros apresenta um dinamismo elevado, refletindo a concretização de despesa adiada durante a crise.

A recuperação do consumo privado fluiu da tendência descendente da taxa de desemprego que, acompanhada por um aumento da população ativa, com conseqüente crescimento do emprego, contribuiu para um aumento do rendimento disponível nominal em redor de 6.6%. O rendimento disponível das famílias beneficiou da rápida e completa recuperação das remunerações, a par do crescimento das prestações sociais disponibilizadas durante o período de confinamento.

A taxa de poupança das famílias ascendeu a um máximo de 12.8% em 2020, refletindo motivos de precaução e uma poupança involuntária decorrente das limitações ao consumo. Contudo, ao longo de 2021, a taxa de poupança reduziu-se moderadamente, à medida que os padrões de consumo foram retomados, em função dos graus de liberdade permitidos pelas restrições para travar a pandemia. Contudo, a taxa de poupança permaneceu acima dos níveis pré-pandemia.



O **investimento** apresentou uma tendência de recuperação ao longo de 2021, após uma queda contida em 2020, por comparação com recessões anteriores. A dinâmica de investimento foi transversal ao setor público e privado, destacando-se o crescimento da componente pública, fruto do impacto dos fundos europeus, em especial do Plano de Recuperação e Resiliência e de investimentos estruturantes.

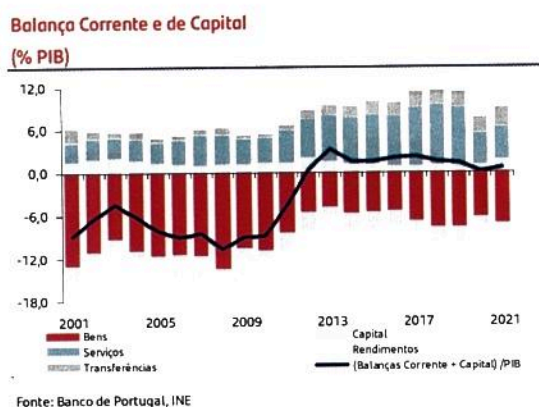
O Plano português de Recuperação e Resiliência foi aprovado pela Comissão e Conselho Europeus em julho, permitindo a Portugal receber de imediato uma primeira tranche de cerca de 2,2 mil milhões de euros (dos 16,6 mil milhões que compõem o envelope financeiro global, dos quais 13,9 mil milhões correspondentes a subvenções a fundo perdido). Acresceu a execução dos projetos finais do Portugal 2020.

As **exportações** de bens e serviços terão crescido cerca de 9.6% em 2021, caracterizando-se por uma recuperação diferenciada entre bens e serviços, com as exportações de bens a excederem o nível pré-pandemia no final de 2021. As perturbações no abastecimento de matérias-primas e bens intermédios penalizaram as exportações de alguns setores, nomeadamente o setor automóvel.

O levantamento das restrições à mobilidade internacional e o aumento da confiança, permitiram que as exportações de serviços, em particular de turismo e transporte, recuperassem de forma progressiva, após a queda abrupta em 2020 e no início de 2021. O agravamento da pandemia fruto da variante Ómicron no 4.º trimestre de 2021 implicou uma evolução mais contida dos fluxos de turismo, embora outubro e novembro tivessem registado níveis de atividade muito próximos dos de 2019.

As **importações** de bens cresceram em função da procura agregada, de forma sustentada, apesar das restrições nas cadeias globais e perturbações em alguns setores. As importações terão, assim, crescido cerca 10% em 2021.

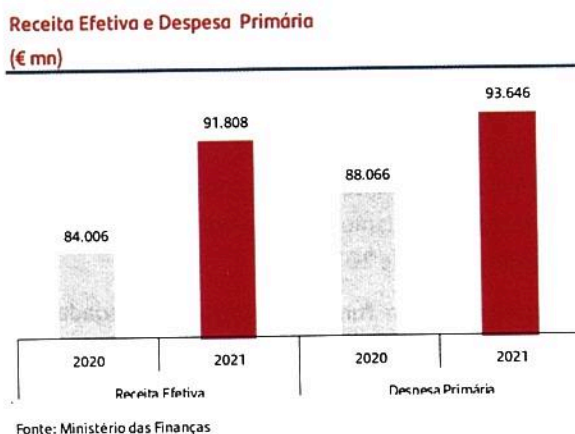
O saldo da **balança corrente e de capital** voltou a ser positivo em 2021, suportado pela recuperação parcial da balança de serviços, refletindo a retoma parcial do turismo em especial no 3.º trimestre. A balança de bens agravou o défice, refletindo o aumento da procura de bens que acompanhou a gradual diminuição das medidas de restrição ao normal funcionamento da atividade económica, bem como a subida dos preços dos combustíveis. A balança de capital beneficiou dos fundos europeus, reforçando o seu contributo para o excedente, enquanto a redução do pagamento de juros da dívida pública ao exterior teve também um impacto positivo nas contas externas.



As contas públicas, em 2021, caracterizaram-se por uma redução do défice orçamental face a 2020, podendo ter ficado próximo, mas abaixo do limite de 3% do PIB, fruto de uma retoma económica que se revelou mais favorável face ao inicialmente esperado, e cujo impacto contribuiu para um aumento das receitas fiscais. Também a dinâmica do mercado laboral contribuiu para o crescimento das contribuições sociais.

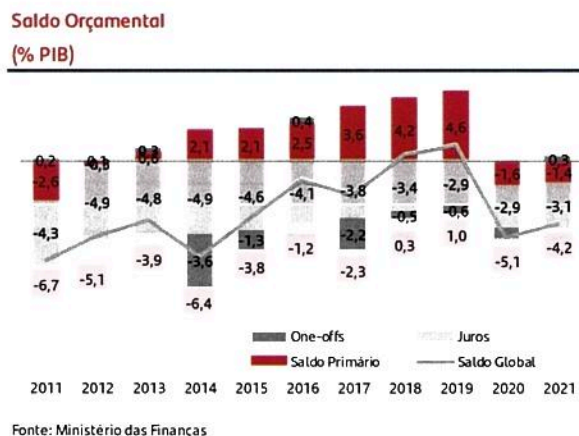
A dívida pública recuou para próximo de 130% do PIB, em 2021, uma redução de quase 5p.b. face a 2020. No entanto, em termos absolutos, manteve a trajetória de crescimento ficando próximo dos 280 mil milhões de euros, um crescimento de quase 4% face aos níveis de 2020.

No conjunto da economia portuguesa, o rácio global de endividamento situou-se próximo dos 332% do PIB, com o setor privado empresarial a situar-se nos 131% e as famílias nos 71% do PIB, claramente abaixo dos níveis observados no início da década de 2010.



A notação de risco da República atribuída pelas agências S&P, Fitch e Moodys é de BBB (estável), BBB (estável) e Baa2 (estável), respetivamente. A agência DBRS mantém o rating BBB – high (estável). Esta situação consubstancia uma estabilidade face ao ano anterior, com exceção da Moodys, que reviu o rating em alta.

A *yield* dos 10 anos, a 11 de fevereiro de 2022, situava-se em 1,13%, correspondendo a um diferencial de 87p.b. face à Alemanha.



Em 2021, as necessidades de financiamento do Estado diminuíram face a 2020, em cerca de 4 mil milhões de euros, decorrente de um acréscimo de receita superior ao crescimento da despesa. O aumento da receita resultou da evolução favorável da receita fiscal e contributiva e do contributo da receita não fiscal e não contributiva, refletindo a retoma da atividade económica e o aumento das transferências provenientes de fundos europeus no âmbito do REACT-EU, PRR e FSE.

O aumento da despesa deveu-se sobretudo ao aumento das transferências, à aquisição de bens e serviços e despesa com pessoal, mitigado pela evolução favorável da despesa com juros e outros encargos.

Em fevereiro de 2021 o Tesouro emitiu um título de 3 mil milhões de euros de maturidade de 30 anos e uma taxa de 1.022%, contribuindo para diversificar as necessidades de liquidez ao longo do tempo. Em abril de 2021 realizou uma emissão sindicada com maturidade de 10 anos, no montante de 4 mil milhões de euros e com uma taxa de 0.3%.

O **setor bancário português** (dados a setembro de 2021) caracterizou-se pelo aumento do crédito concedido aos setores mais afetados e à habitação, acompanhando uma retoma económica acima das expetativas. Em termos de rentabilidade do ativo assistiu-se a uma recuperação face a 2020 (de 0,1% para 0,5%), com uma estabilização do rácio de fundos próprios de base (15,4%). O rácio de NPL diminuiu ligeiramente de 4,9% (a dezembro de 2020) para 4,0%, acompanhado por um reforço dos rácios de cobertura, em especial ao nível dos setores mais afetados, para quase 56%.

3. Evolução Geral do Fundo de Pensões e da Atividade Desenvolvida no período

O quadro seguinte resume a evolução do fundo face ao ano anterior:

Valor do Fundo em 31/12/2020	706.973,27
Contribuições	55.268,64
Pensões	- 5.600,34
Rendimento Líquido	13.516,77
Outras Variações Líquidas	-14.630,09
Valor do Fundo em 31/12/2021	755.528,25

Valores em euros

Do total de rendimento gerado, cerca de € 9.940,86 dizem respeito a ganhos líquidos resultantes da alienação e avaliação de aplicações financeiras.

As contribuições para o fundo de pensões, durante ao ano de 2021, dizem respeito a contribuições de adesões individuais.

A rubrica "Outras Variações Líquidas" inclui os prémios de seguros, comissões de gestão e depósito, receitas e despesas provenientes dos seguros e comissões.

4. Alterações com Impacto Significativo na Gestão do Fundo de Pensões

Nada a mencionar.

5. Política de Investimentos do Fundo de Pensões

Na composição do património do Fundo, a Entidade Gestora terá em conta os objetivos e as finalidades a atingir pelo mesmo, no que diz respeito aos níveis adequados de segurança, de qualidade, de rendibilidade e de liquidez das respetivas aplicações financeiras, agindo no melhor interesse dos participantes e beneficiários e assegurando o cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A gestão do Fundo reger-se-á por princípios de uma gestão sã e prudente, nomeadamente, diversificação e dispersão adequada das aplicações, seleção criteriosa das mesmas, predominância das aplicações admitidas à negociação em mercados regulamentados, racionalidade e controle de custos e finalmente, limitação a níveis prudentes de aplicações em ativos que, pela sua natureza, apresentem um elevado grau de risco ou apresentem uma reduzida liquidez.

As aplicações em caixa e em disponibilidades à vista devem representar um valor residual, salvo em situações efetivas de força maior que conduzam, temporariamente, à inobservância deste

princípio, nomeadamente em casos de entrega de contribuições, de necessidades de tesouraria ou de elevada instabilidade dos mercados financeiros. Neste contexto, os limites previstos no ponto 6 poderão ser incumpridos.

A política de investimento será objeto de revisão pelo menos de três em três anos ou sempre que as condições de mercado assim o justifiquem.

O fundo destina-se a participantes com reduzida tolerância ao risco, que pretendam constituir um complemento de reforma.

A Estratégia seguida em matéria de afetação de ativos, encontra-se descrita no ponto 7 do presente relatório.

6. Cumprimento dos Princípios e Regras Prudenciais Aplicáveis aos Investimentos do Fundo de Pensões

Foram observados os princípios e regras prudenciais, aplicáveis aos investimentos em fundos de pensões, previstos na legislação em vigor, nomeadamente, diversificação e dispersão adequada das aplicações, seleção criteriosa das mesmas, predominância das aplicações admitidas à negociação em mercados regulamentados, racionalidade e controle de custos e finalmente, limitação a níveis prudentes de aplicações em ativos que, pela sua natureza, apresentem um elevado grau de risco ou apresentem uma reduzida liquidez.

Na composição do património do fundo, é tomada em consideração os objetivos de finalidades a atingir pelo mesmo, no que diz respeito aos níveis adequados de segurança, qualidade, rentabilidade e liquidez das respetivas aplicações financeiras.

7. Limites de exposição e alocação estratégica vs alocação atual

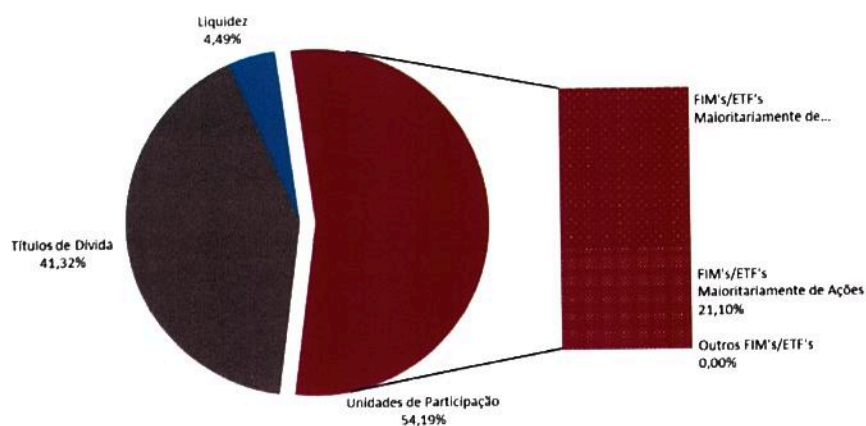
A estratégia de alocação por classes de ativos de longo prazo é a que a seguir se indica. Dispõem-se também a alocação de ativos atuais e o desvio em relação à referida estratégia.

Classe de Activos	Alocação Central	Alocação de Activos	Desvio	Intervalo de Alocação (%)
Títulos de Dívida	42,50%	41,32%	-1,18%	[0; 50]
Instrumentos de Capital	2,50%	0,00%	-2,50%	[0; 5]
Unidades de Participação	45,00%	54,19%	9,19%	[0; 55]
FIM's Maioritariamende Obrigações	25,00%	29,13%	4,13%	[0; 35]
FIM's Maioritariamende Ações	7,50%	16,92%	9,42%	[0; 15]
FIM's Outros	2,50%	0,00%	-2,50%	[0; 5]
ETF's Maioritariamende Obrigações	2,50%	3,96%	1,46%	[0; 5]
ETF's Maioritariamende Acções	5,00%	4,18%	-0,82%	[0; 10]
FII's	2,50%	0,00%	-2,50%	[0; 5]
Outros Activos	5,00%	0,00%	-5,00%	[0; 10]
Liquidez	5,00%	4,49%	-0,51%	[0; 10]

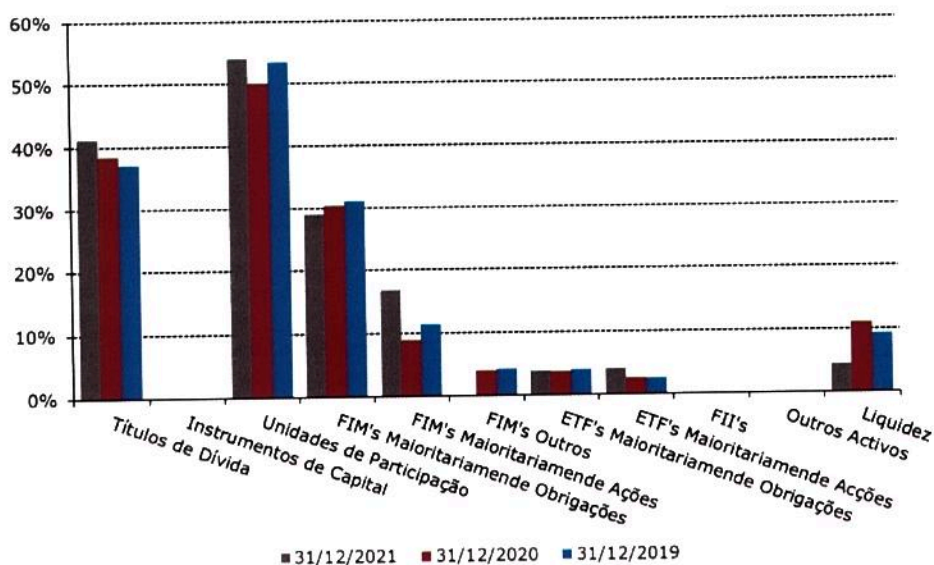
Os desvios de alocação, face ao previsto na política de investimentos, devem-se a razões de natureza tática, com o objetivo da otimização do binómio rentabilidade e risco.

8. Evolução da Estrutura da Carteira de Investimentos do Fundo de Pensões

Em 31/12/2021 a estrutura da carteira por classes de ativos era a seguinte:



Na estratégia de alocação de ativos, privilegiou-se o investimento no rendimento variável, face aos limites da política de investimento, por via do bom desempenho desta classe no ano de 2021, no entanto manteve-se um nível de exposição significativo ao rendimento fixo, de acordo com o perfil conservador do fundo de pensões.



9. Performance e Rendibilidade do Fundo de Pensões

No quadro seguinte, é apresentada a rendibilidade do Fundo de Pensões, para o ano de reporte:

RENDIBILIDADE	31/12/2021	31/12/2020
YTD	1,47%	1,14%

A medida de referência relativa à rentabilidade é a TWR (*Time Weighted Rate of Return*) e ao risco, o Desvio Padrão.

10. Benchmarks

A avaliação do desempenho de cada classe de ativos será efetuada contra os índices seguintes:

CLASSE DE ATIVOS	REFERÊNCIA
Títulos de Dívida / Pública	Bloomberg BERPGA
Títulos de Dívida / Corporativa	BERC INDEX
Instrumentos de Capital	Euro Stoxx 50
Unidades de Participação / FIM's Obrigações	Índice BERPGA / BERC
Unidades de Participação / FIM's Ações	MSCI: Europe, USA, Global, Asia, Emergent Market
Unidades de Participação / Outros FIM's	Índice BERGA / BERC / MSCI Global
Unidades de Participação / ETF's	Respetivo <i>Tracker</i>
Unidades de Participação / Imobiliário	APFIPP
Outros Ativos	Euribor 6 M + 1%
Liquidez	Euribor 1 M

Em termos globais, a performance do fundo (1,47%) esteve abaixo do *benchmark* (2,28%).

A performance do *benchmark*, é determinada com base nas rendibilidades individuais de cada um dos índices em cima indicados, com recurso aos dados históricos dos mesmos, via *bloomberg*.

11. Evolução dos Riscos materiais a que o Fundo de Pensões se Encontra Exposto

De acordo com a composição da carteira do Fundo Pensões, em 31/12/2021, os principais riscos de investimentos associados eram:

- Risco de Crédito
- Risco de Mercado

Não houve alterações significativas face ao ano anterior.

12. Gestão dos Riscos Materiais a que o Fundo de Pensões se Encontra Exposto, Incluindo a Eventual Utilização de Produtos Derivados e Operações de Reporte e de Empréstimo de Valores

Atualmente o fundo de pensões não investe em produtos derivados, operações de reporte ou de empréstimos de valores.

O controlo do risco de crédito, é assegurado assumindo um nível aceitável de diversificação, sendo impostas restrições de investimentos à gestão, de acordo com as especificidades de cada carteira, estabelecendo-se limites de concentração por setor, por emitente ou país e classe de *rating* dos ativos. São especialmente acompanhados os títulos com Outlook Negativo. A gestão do risco de crédito no Fundo de Pensões, assenta na regular monitorização e análise da exposição da sua carteira de investimentos, com periodicidade mensal.

O risco de mercado é monitorizado através dos indicadores, duração modificada, vida média e convexidade, para o risco de taxa de juro e Beta para o risco de ações. São igualmente quantificadas as Estimativas de Perdas Esperadas, através do impacto de variações de taxa de juro no valor dos títulos de taxa fixa em carteira e da variação dos preços de mercado nos títulos de rendimento variável em carteira, respetivamente para o risco de taxa de juro e o risco de ações.

O risco de taxa de juro (variação) é monitorizado regularmente ao nível do ativo financeiro, através do apuramento do impacto na carteira de investimentos, de uma variação na curva de taxas de juro (choque multiplicativo) e os parâmetros utilizados são a duração modificada da carteira, dentro de um cenário de variação de taxas de juro, com a medição do impacto na componente de taxa fixa em carteira.

13. Nível de Financiamento das Responsabilidades do Fundo de Pensões

Não aplicável, dada a inexistência de planos de benefício definido financiados pelo Fundo de Pensões.

14. Considerações Finais

A informação constante no presente relatório é apropriada e representa fidedignamente as transações e outros acontecimentos.

Lisboa, 11 de Abril de 2022

A Entidade Gestora

Manuel Faria

Alfredo Costa



2. Demonstrações Financeiras

2.1. Demonstração da Posição Financeira

Unidade: Euros

Demonstração da Posição Financeira	Notas	2021	2020
Investimentos			
Instrumentos de capital e unidades de participação	4	409 393	354 867
Títulos de dívida Pública	4	194 889	118 417
Outros Títulos de dívida	4	116 144	153 498
Depósitos em instituições de crédito	5	35 803	80 616
Outras aplicações		-	-
Sub-Total		756 230	707 398
Acréscimos e diferimentos			
Acréscimos de proventos			
Juros decorridos	6	1 142	1 012
Outros acréscimos de proventos		81	56
Sub-Total		1 223	1 069
Total do Ativo		757 453	708 467
Credores			
Entidade gestora			
		964	902
Depositários			
		961	591
Sub-Total		1 925	1 493
Total do Passivo		1 925	1 493
Total do Valor do Fundo		755 528	706 973
Valor da Unidade de Participação		57,103	57,179

2.2. Demonstração de Resultados

Unidade: Euros

Demonstração de Resultados	Notas	2021	2020
Contribuições	7	55 269	31 455
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	8	(5 600)	(279)
Rendimentos líquidos de investimentos	10	3 405	3 390
Ganhos líquidos de investimentos	9	9 941	4 926
Outros rendimentos e ganhos		171	57
Outras despesas	11	(14 630)	(11 155)
Resultado líquido		48 555	28 394


O Contabilista certificado


A Entidade Gestora

2.3. Demonstração de Fluxos de Caixa

Unidade: Euros

Demonstração de Fluxos de Caixa	Notas	2 021	2 020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
+ Contribuições			
Associados	7	9 401	8 884
Participantes/beneficiários		9 401	8 884
Transferências		36 467	13 686
- Pensões, capitais e prêmios únicos vencidos			
Transferências		5 600	279
- Remunerações			
Remunerações de gestão	11	11 112	10 216
Remunerações de depósito e guarda de títulos	11	936	939
+ Outros rendimentos e ganhos		171	57
- Outras despesas	11	2 583	-
Fluxos de caixa líquido das atividades operacionais		35 210	20 078
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
+ Recebimentos			
Alienação/ reembolso de investimentos		242 583	112 487
Rendimentos dos investimentos		4 026	3 977
- Pagamentos			
Aquisição de investimentos		326 633	120 416
Fluxos de caixa líquido das atividades de investimento		(80 023)	(3 951)
Variações de caixa e seus equivalentes		(44 813)	16 127
Efeitos de alteração das taxas de câmbio		-	-
Caixa no início do período de reporte	5	80 616	64 489
Caixa no fim do período de reporte	5	35 803	80 616


O Contabilista certificado


A Entidade Gestora



3. Anexo às Demonstrações Financeiras

Nota 1 – Introdução

O Fundo de Pensões Aberto Eurovida Reforma Valor (o Fundo) foi constituído em 19 de julho de 2010 e tem como entidade gestora a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (a Sociedade Gestora).

O Fundo é um fundo aberto, com duração indeterminada e é um património exclusivamente afeto à realização de um ou mais planos de pensões.

O fundo de pensões é constituído, na data de reporte, por uma adesão coletiva (Eurovida) e por 92 adesões individuais.

Nota 2 – Comparabilidade

As contas do Fundo de 2021 são comparáveis em todos os aspetos materialmente relevantes com as contas do exercício de 2020.

Nota 3 – Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras do Fundo de Pensões foram preparadas no pressuposto da continuidade das suas operações, de acordo com os registos contabilísticos mantidos pela Entidade Gestora e conforme a Norma n.º 7/2010-R da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), de 4 de junho.

São apresentadas de seguida as bases de mensuração e as políticas contabilísticas.

Bases de mensuração:

- Demonstrações Financeiras expressas em Euros;
- Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros registados ao justo valor.

Políticas contabilísticas:

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Princípio da especialização de exercícios

Os gastos e os rendimentos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

b) Instrumentos financeiros

O Fundo classifica os seus ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a natureza que lhes está subjacente. Assim, os ativos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor, com as variações subsequentes reconhecidas em resultados.

As aquisições e alienações são reconhecidas na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Fundo se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

c) Numerário e depósitos em outras instituições de crédito

O Numerário e depósitos de curto prazo em outras instituições de crédito englobam os valores registados na Demonstração da Posição Financeira com maturidade inferior a 3 meses, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor. Adicionalmente, estão englobados nesta rubrica outros depósitos a prazo em instituições de crédito.

d) Reconhecimento de juros e dividendos

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

e) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação (divulgadas pelo Banco de Portugal). Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

f) Comissões de gestão

As comissões a pagar pela gestão do Fundo são suportadas por este e registadas em gastos.

g) Comissões de custódia

As comissões a pagar ao banco pela guarda dos ativos do Fundo são suportadas por este e registadas em gastos.

h) Comissões de emissão

As comissões de emissão a receber dos participantes correspondem ao máximo de 2% dos montantes de subscrição.

i) Impostos e Taxas

De acordo com o artigo 16.º do Estatuto dos Benefício Fiscais, os Fundos de Pensões e equiparáveis são isentos de:

- IRC relativo aos rendimentos obtidos pelos Fundos de Pensões e equiparáveis; e
- Imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis.

j) Contribuições

As contribuições são registadas quando recebidas. O seu apuramento é efetuado da seguinte forma:

- Contrato de adesão coletiva com plano de contribuição definida – de acordo com o definido no plano de pensões;
- Contrato de adesão coletiva com plano de benefício definido – de acordo com o estudo atuarial elaborado;
- Adesões individuais – de acordo com a disponibilidade do participante.

k) Pensões

As pensões são processadas e pagas sempre que se verifiquem as condições indicadas no contrato. O registo é efetuado aquando do pagamento.

Nota 4 – Instrumentos financeiros

A listagem das participações e instrumentos financeiros, do Fundo em 31 de dezembro de 2021 está apresentada no Anexo 1 – Inventário de participações e instrumentos financeiros, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

	2021		2020	
	Valor *	Peso Carteira	Valor *	Peso Carteira
Ações e unidades de participação em fundos de investimento	409 393	56,7%	354 867	56,5%
Títulos de rendimento fixo	312 176	43,3%	272 927	43,5%
Total	721 569	100,0%	627 794	100,0%

* Valor em Euros

O apuramento do justo valor para os ativos financeiros é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros detidos podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

- **Nível 1 – Justo valor determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo;**
- **Nível 2 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro;**
- **Nível 3 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.**

A valorização dos ativos financeiros por níveis, a 31 de dezembro de 2021 e 2020 é analisada como se segue:

Unidade: Euros				
2021				
	Tier 1	Tier 2	Tier 3	Total
Instrumentos de capital e unidades de participação	61 455	347 938	-	409 393
Títulos de rendimento fixo	312 176	-	-	312 176
Total	373 631	347 938	-	721 569
* inclui juro decorrido				
Unidade: Euros				
2020				
	Tier 1	Tier 2	Tier 3	Total
Instrumentos de capital e unidades de participação	52 914	301 953	-	354 867
Títulos de rendimento fixo	272 927	-	-	272 927
Total	325 841	301 953	0	627 794
* inclui juro decorrido				

Nota 5 – Numerário e depósitos em instituições de crédito

Nesta rubrica está registado o montante de 35.803 Euros (2020: 80.616 Euros) referente a depósitos à ordem.

Nota 6 – Acréscimos e diferimentos

Nesta rubrica estão incluídos os juros decorridos sobre as obrigações no montante de 1 142 Euros (2020: 1 012 Euros).

Nota 7 – Contribuições

As contribuições efetuadas pelos participantes do Fundo de Pensões e as transferências, no montante de 55.269 Euros (31.455Euros em 2020), foram integralmente realizadas.

Nota 8 – Pensões, capitais e prémios únicos vencidos

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes montantes:

	Unidade: Euros	
	2021	2020
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos		
Transferências	5 600	279
Total em 31 de dezembro	5 600	279

Nota 9 – Ganhos líquidos de investimentos

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes montantes:

	2021		2020	
<small>Unidade: Euros</small>				
Ganhos				
Realizados		24		1 870
Unidades de participação	24		1 870	
Potenciais		19 342		11 967
Obrigações	-		516	
Unidades de participação	19 342		11 450	
Total de Ganhos		19 366		13 836
Perdas				
Realizadas		(1 124)		(5 436)
Obrigações	(257)		(173)	
Unidades de participação	(868)		(5 264)	
Potenciais		(8 301)		(3 474)
Obrigações	(5 609)		(1 633)	
Unidades de participação	(2 692)		(1 841)	
Total de Perdas		(9 425)		(8 911)
Total em 31 de dezembro		9 941		4 926

Nota 10 – Rendimentos líquidos de investimentos

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes montantes:

	Unidade: Euros	
	2021	2020
Ações/ Unidades de participação	134	318
Obrigações/ Outros títulos rendimento fixo	3 270	3 072
Total em 31 de dezembro	3 405	3 390

Nota 11 – Outras despesas

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes montantes:

	Unidade: Euros	
	2021	2020
Comissões de gestão e de depósito	11 803	10 856
Outras despesas	244	299
Auditoria	2 583	
Total em 31 de dezembro	14 630	11 155

A comissão de gestão é uma comissão mensal que será no máximo de 0,125% (1,5% ao ano), cobrada mensalmente e postecipadamente incidindo sobre o valor líquido global do Fundo, apurado com referência ao último dia do mês. Em 2021, foram pagas comissões de gestão no montante de 11.112 Euros (10.216 Euros em 2020).

A comissão de depósito é uma comissão mensal que será no máximo de 0,0416% (0,5% ao ano), cobrada mensalmente e postecipadamente incidindo sobre o valor líquido global do Fundo, apurado com referência ao último dia do mês. Em 2021, foram pagas comissões de depósito no montante de 691 Euros (640 Euros em 2020).

Nota 12 – Transações entre partes relacionadas

Os saldos e transações entre o fundo de pensões e o associado ou empresas com esta relacionada, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, resumem-se como segue:

	Unidade: Euros			
	2021		2020	
	Demonstração da Posição Financeira	Demonstração de Resultados	Demonstração da Posição Financeira	Demonstração de Resultados
Banco Santander Totta, S.A.				
Depósitos à Ordem	35 803		80 616	
Rendimentos				
Sub-Total	35 803	-	80 616	-
Santander Totta Seguros, S.A.				
Comissões de Gestão	(964)	11 112	(902)	10 216
Sub-Total	(964)	11 112	(902)	10 216
Total em 31 de dezembro	34 839	11 112	79 715	10 216

Nota 13 – Política de investimentos

A política de investimento do Fundo de Pensões Aberto Eurovida Reforma Valor tem como objetivo formular os princípios de investimento e as linhas orientadoras de gestão dos ativos do Fundo e obedecem aos seguintes princípios:

- Ter em conta os objetivos e as finalidades a atingir pelo Fundo, com os níveis adequados de segurança, qualidade, rendibilidade e de liquidez das respetivas aplicações financeiras, agindo no melhor interesse dos participantes e beneficiários e assegurando o cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- Rege-se por princípios de gestão sã e prudente, nomeadamente a diversificação e dispersão adequada das aplicações observando as seguintes regras: i) seleção criteriosa das aplicações com predominância das aplicações admitidas à negociação em mercados regulamentados; ii) racionalidade de controlo de custos; iii) limitação a níveis prudentes de aplicações em ativos que, pela sua natureza, apresentem um elevado grau de risco ou apresentem uma reduzida liquidez.

A política de investimento é objeto de revisão, pelo menos, de três em três anos ou sempre que as condições de mercado assim o justifiquem.

A estratégia de alocação por classes de ativos de longo prazo é a que a seguir se indica. Dispõem-se também, a alocação de ativos atual e o desvio em relação à referida estratégia.

Classe de Activos	Alocação Central	Alocação de Activos	Desvio	Intervalo de Alocação (%)
Títulos de Dívida	42,50%	41,32%	-1,18%	[0; 50]
Instrumentos de Capital	2,50%	0,00%	-2,50%	[0; 5]
Unidades de Participação	45,00%	54,19%	9,19%	[0; 55]
FIM's Maoritariamende Obrigações	25,00%	29,13%	4,13%	[0; 35]
FIM's Maoritariamende Ações	7,50%	16,92%	9,42%	[0; 15]
FIM's Outros	2,50%	0,00%	-2,50%	[0; 5]
ETF's Maoritariamende Obrigações	2,50%	3,96%	1,46%	[0; 5]
ETF's Maoritariamende Acções	5,00%	4,18%	-0,82%	[0; 10]
FII's	2,50%	0,00%	-2,50%	[0; 5]
Outros Activos	5,00%	0,00%	-5,00%	[0; 10]
Liquidez	5,00%	4,49%	-0,51%	[0; 10]

Nota 14 – Risco associado a instrumentos financeiros

O Fundo de Pensões está exposto a uma diversidade de riscos através dos seus ativos financeiros. O risco financeiro chave a que um Fundo de Pensões está exposto, corresponde à potencial incapacidade deste para cumprir com as suas responsabilidades, ou seja, a possibilidade dos rendimentos gerados pelos ativos não conseguirem cobrir as obrigações decorrentes do pagamento das pensões e encargos inerentes.

Os principais riscos a que um Fundo de Pensões está exposto são:

Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do associado e dos participantes no reforço do Fundo e da contraparte relativamente às obrigações contratuais, no que se refere à carteira de investimentos.

A gestão do risco de crédito no Fundo, associado à possibilidade de incumprimento da contraparte (ou à variação do valor de um dado ativo, face à degradação da qualidade do risco da contraparte), assenta na regular monitorização e análise da exposição da sua carteira de investimentos, através de relatórios trimestrais de riscos financeiros para a carteira global.

O quadro seguinte mostra a exposição por classe de ativos, com referência às datas de 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	2021*		2020*	
	%	Valor	%	Valor
Rendimento Fixo	41,2%	312 176	38,5%	272 927
Taxa Fixa	37,2%	281 780	34,2%	242 276
Taxa Variável	4,0%	30 395	4,3%	30 651
Cupão Zero	0,0%	-	0,0%	-
Rendimento Variável	54,1%	409 393	50,1%	354 867
Com garantia de capital	0,0%	-	0,0%	-
Estruturados	0,0%	-	0,0%	-
Sem garantia de capital	54,1%	409 393	50,1%	354 867
Estruturados	0,0%	-	0,0%	-
F.I.M. - Acções	17,0%	128 402	11,7%	82 884
F.I.M. - Obrigações	33,0%	249 988	34,3%	243 156
F.I.M. - Outros	4,1%	31 003	4,1%	28 827
Exchanged Traded Funds	0,0%	-	0,0%	-
Mercado Monetário	4,7%	35 803	11,4%	80 616
Total	100,0%	757 372	100,0%	708 410

* Inclui juro decorrido

A existência de limites internos de exposição por notação de risco de crédito permite mitigar os riscos associados e manter a exposição dentro de limites consideráveis como aceitáveis pela entidade gestora do Fundo.

Regularmente, e com base nas notações de risco de crédito publicadas por algumas das principais agências internacionais (*Standard & Poor's*, *Moody's*, *Fitch* e *DBRS*), é calculada a percentagem de exposição da carteira de investimentos por notação, monitorizadas as respetivas alterações de notação por título, acompanhados os *Outlooks*, graus de subordinação e o devido cumprimento dos limites estabelecidos pela gestão.

A existência de limites internos de exposição por notação de risco de crédito permite mitigar os riscos associados e manter a exposição dentro de limites consideráveis como aceitáveis pela entidade gestora do Fundo.

A exposição da carteira aos *ratings* é a que se indica:

Rating	Rating	Rating	Mínimo	Máximo
	Emissão	Emissão	%	% Carteira
	% da Carteira	% Rend. Fixo	% Carteira	% Rend Fixo
[AAA ; BBB-]	41,3%	100,0%	55,0%	100,0%
[BB+,BB-]	0,0%	0,0%	0,0%	40,0%
[B+;D]	0,0%	0,0%	0,0%	1,0%
NR	0,0%	0,0%	0,0%	4,0%
Total	41,3%	100,0%	55,0%	145,0%

Em termos de exposição das classes de *rating* por maturidade (vida média), a componente de rendimento fixo apresenta as seguintes exposições a 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Unidade: Euros

2021	< 3	< 5	<7	< 10	≥ 10	Total	
						em %	em Valor
[AAA ; BBB-]	17,5%	4,4%	5,4%	12,1%	2,0%	41,3%	312 176
[BB+,BB-]	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0
[B+;D]	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0
NR	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0
Total (em %)	17,5%	4,4%	5,4%	12,1%	2,0%	41,3%	
Total (em valor)	131 909	33 088	40 962	91 301	14 916		312 176

Unidade: Euros

2020	< 3	< 5	<7	< 10	≥ 10	Total	
						em %	em Valor
[AAA ; BBB-]	30,5%	4,8%	0,0%	3,3%	0,0%	38,6%	272 927
[BB+,BB-]	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0
[B+;D]	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0
NR	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0
Total (em %)	30,5%	4,8%	0,0%	3,3%	0,0%	38,6%	
Total (em valor)	215 485	33 784	0	23 658	0		272 927

Risco de taxa de juro

As operações do Fundo encontram-se sujeitas ao risco de flutuações nas taxas de juro, para os ativos geradores de juros (investimentos).

A monitorização do risco de taxa de juro (variação) é efetuada regularmente ao nível do ativo financeiro, através do apuramento do impacto na carteira de investimentos de uma variação na curva de taxas de juro (choque multiplicativo). Os parâmetros utilizados são a *modified duration* da carteira, dentro de um cenário de variação de taxas de juro, com a medição do impacto na componente de taxa fixa em carteira. Os efeitos apurados, relativamente a 31 de dezembro de 2021 e 2020, são os seguintes:

Indicadores	2021	2020	Varição
Modified Duration	3,57	2,10	1,5 pp
Vida Média	3,70	2,16	1,5 pp
Convexidade	0,22	0,08	0,1 pp

O impacto estimado de variações de taxa de juro no valor dos títulos de taxa fixa em carteira, com referência a 31 de dezembro de 2021 e 2020, é como segue:

Variação taxa juro (Em pontos base)	Variação Estimada 2021		Variação Estimada 2020	
	Percentagem (%)	Valor (Euros)	Percentagem (%)	Valor (Euros)
300	-4,5%	-33 810	-2,4%	-17 133
200	-3,0%	-22 540	-1,6%	-11 422
100	-1,5%	-11 270	-0,8%	-5 711

Risco de liquidez

O Risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o ativo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas.

A gestão da liquidez tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo.

Adicionalmente, ver a análise de maturidades no risco de crédito.

Risco de mercado

O Risco de mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de ações e outros.

Quanto ao risco da variação de preços de ações e de fundos de investimentos, os indicadores, com referência a 31 de dezembro de 2021 e 2020 são os seguintes:

FIM/Ações	Perda estimada 2021		Perda estimada 2020	
	%	Euros	%	Euros
-10%	↙ -4,70%	↙ -35 487	-5,02%	-35 487
-20%	↙ -9,39%	↙ -70 973	-10,04%	-70 973

Adicionalmente são analisados os seguintes riscos:

a) Exposição ao risco País/Zona Geográfica

Em relação à exposição por Zona Geográfica a carteira de investimentos do Fundo apresenta as seguintes exposições, em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Zona Geográfica	Peso em carteira 2021	Peso em carteira 2020	Varição
Renda Fixa*			
Zona União Europeia	34,3%	35,9%	-1,6 pp
Estados Unidos da América	7,1%	2,7%	4,3 pp
Outros	0,0%	0,0%	0,0 pp
Total	41,3%	38,6%	2,7 pp
Renda Variável			
Zona União Europeia	54,2%	50,2%	4,0 pp
Estados Unidos da América	0,0%	0,0%	0,0 pp
Outros	0,0%	0,0%	0,0 pp
Total	54,2%	50,2%	4,0 pp

* Inclui liquidez

b) Risco de exposição aos setores

Em relação à exposição por setor a carteira de investimentos do Fundo apresenta a seguinte exposição, em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Setor	Peso em carteira 2021*	Peso em carteira 2020*	Varição
GOVERNMENT	25,9%	16,8%	9,1 pp
FINANCIAL	10,3%	6,3%	4,0 pp
Consumer, Cyclical	2,5%	12,7%	-10,2 pp
COMMUNICATIONS	2,6%	2,8%	-0,2 pp

*inclui liquidez

Nota 15 – Eventos subsequentes

Até à data de autorização para a emissão das presentes demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais, tendo em consideração as disposições da IAS 10.

A guerra iniciada recentemente na Ucrânia trará inevitavelmente impactos significativos às economias portuguesa e europeia. Poder-se-ão sentir os seus efeitos pelas sanções aplicáveis à Federação Russa e à Bielorrússia e outros efeitos colaterais. A Administração tem vindo a acompanhar a situação com vista à minimização dos riscos que poderão advir, nomeadamente ao nível da valorização da carteira de títulos, cujos impactos não são possíveis de estimar na presente data. Não obstante, é sua convicção que esta situação não coloca em causa a continuidade das atividades do Fundo.

Anexo 1 - Inventário de participações e instrumentos financeiros

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valores em euros	
							Valor de balanço unitário	Total
	2 - OUTROS							
	2.1 - Títulos nacionais							
	2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
PTYSANHM0002	Sant.Ac Europa CL C	1 310			4,36	5 720	6,25	8 195
	sub-total	1 310	0			5 720		8 195
	2.1.2 - Títulos de dívida							
	2.1.2.1 - De dívida pública							
PTOTEKOE0011	PGB 2.875% 15/10/25	1 200 000	12 000	109,55	0,01	13 146	0,01	13 556
PTOTESOE0013	PGB 2.2 17/10/22	1 300 000	13 000	106,19	0,01	13 805	0,01	13 350
PTOTEVDE0018	PGB 2.125 17/10/28	5 000 000	50 000	112,35	0,01	56 175	0,01	57 119
PTDTVLOE0001	PGB Float 5/12/22	30	30 000	100,00	1 000,00	30 000	1 013,18	30 395
	sub-total	7 500 030	105 000			113 126		114 420
	sub-total	7 500 030	105 000			113 126		114 420
	2.2 - Títulos estrangeiros							
	2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
FRO007054358	LYXOR EST.S0(DR)UC.FC	111			28,93	3 212	42,65	4 734
FRO010245514	LYXOR ETF Japan Topx	25			148,69	3 717	146,54	3 664
FRO010261198	LYXOR MSCI EURO DR U	52			119,72	6 225	162,56	8 453
IE0032523478	Ishares Euro Corpora	119			137,95	16 417	139,00	16 541
IE00B3ZWK018	ETF IUSE LN	104			61,16	6 361	103,95	10 810
IE00BJOKDQ92	X MSCI WORLD 1C EUR	45			83,01	3 735	86,66	3 900
LU0156671504	CANDR BONDS €	13			2 182,54	29 041	2 187,05	29 101
LU0219424131	MFS Meridian European	50			309,06	15 453	329,74	16 487
LU0468289250	BlackRock Global Fun	1 780			16,37	29 126	16,43	29 241
LU0539144625	NORDEA 1-EURO CON BD	1 707			14,40	24 588	14,99	25 588
LU0599947438	DWS Concept Kaldemor	97			135,19	13 113	162,57	15 769
LU0803997666	NN L-US CREDIT-IH	3			7 089,89	21 270	7 089,28	21 268
LU1004011935	JAN HND HRZN EURO CO	399			123,88	49 428	123,57	49 304
LU1111643042	ELEVA EUROPEAN SEL-I	9			1 560,60	13 577	1 911,68	16 632
LU1245470080	Flossbach von Storch	122			107,60	13 127	124,87	15 234
LU1443248544	Exane Funds 2 - Exan	1			10 686,28	11 755	16 777,74	18 456
LU1481584016	FLOSSBACH STORCH BD	224			124,90	27 978	122,82	27 512
LU1534073041	DWS FLOAT RATE NOTES	453			84,14	38 115	84,06	38 079
LU1829218319	LYXOR BARCL FLT EUR	133			100,27	13 335	100,41	13 354
LU1883855329	AMUNDI PI US EQ F GR	8			1 989,31	15 119	2 326,93	17 685
LU1988018799	Santdr Go Nth Amer E	123			140,33	17 260	157,62	19 388
	sub-total	5 577				371 953		401 199
	sub-total	5 577	0			371 953		401 199
	2.2.2 - Títulos de dívida							
	2.2.2.1 - De dívida pública							
ES0000012801	SPGB 0.4 30/4/22	25	25 000	101,19	1 011,92	25 298	1 006,54	25 163
IT0005416570	BTPS 0.95% 15/09/27	40	40 000	104,43	1 044,27	41 771	1 024,04	40 962
ES0000012132	SPGB 0.5 31/10/31	15	15 000	102,59	1 025,89	15 388	994,41	14 916
	sub-total	80	80 000			82 457		81 041
	2.2.2.3 - De outros emissores							
X51557096267	DT 0.875 30/1/24	19	19 000	100,80	1 008,04	19 153	1 027,99	19 532
DE000CZ40K07	CMZB 1.5% 21/9/22	28	28 000	102,90	1 029,04	28 813	1 017,46	28 489
X52292954893	CS 0.25 26/01/28	35	35 000	97,83	978,31	34 241	976,63	34 182
DE000A1ZLUN1	ANNGR 2.125 09/07/22	15	15 000	105,11	1 051,08	15 766	1 022,82	15 342
X51171489393	TOYOTA 0.75% 21/7/22	19	19 000	101,65	1 016,54	19 314	1 008,88	19 169
	sub-total	116	116 000			117 287		116 714
	sub-total	196	196 000			199 744		197 755
	total	7 507 114	301 000			690 544		721 569
	3 - TOTAL GERAL	7 507 114	301 000			690 544		721 569

4. Certificação do Revisor Oficial de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Fundo de Pensões Aberto Eurovida Reforma Valor**, gerido pela Entidade Gestora Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, SA, que compreendem a demonstração da posição financeira, em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total do ativo de 757 453 euros, um valor do Fundo de 755 528 euros e um resultado líquido de 48 555 euros), a demonstração de resultados, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Fundo de Pensões Aberto Eurovida Reforma Valor**, em 31 de dezembro de 2021, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente.

Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
Valorização dos ativos financeiros	
<p>A carteira de títulos corresponde a cerca de 95% do ativo. O valor dos títulos em carteira é determinado com base nas cotações oficiais e na avaliação efetuada pela sociedade gestora aos títulos não cotados.</p> <p>A consideração desta matéria como relevante para auditoria tem por base a materialidade dos ativos e o risco associado à utilização de pressupostos, estimativas e projeções na valorização de títulos não cotados e impactos de perturbações no mercado derivados nomeadamente da pandemia Covid-19 e do conflito militar na Europa.</p> <p>Os procedimentos adotados na valorização dos títulos em carteira são descritos no Relatório de Gestão e nas notas 3 b) e 4 do anexo às demonstrações financeiras.</p>	<p>A resposta do auditor envolveu, essencialmente, a execução de testes de conformidade ao processo de importação e registo das cotações diárias dos títulos em carteira.</p> <p>Testes substantivos para validação da valorização dos títulos em carteira, com base: (i) nas cotações oficiais; e (ii) na validação da metodologia e avaliação da razoabilidade da informação utilizada para a valorização dos títulos não cotados.</p> <p>Acompanhamento dos impactos e respetivas divulgações da evolução do mercado de gestão de ativos.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de pensões; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA

detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o planeamento da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias

relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

- (viii) declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) fomos nomeados auditores do Fundo pela primeira vez pela Entidade Gestora para o mandato compreendido entre 2020 e 2022;
- (ii) o órgão de gestão da Entidade Gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- (iii) confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora do Fundo em 18 de abril de 2022;
- (iv) declaramos que não prestámos quaisquer serviços distintos da auditoria proibidos nos termos do artigo 5.º do Regulamento (UE), nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo e respetiva Entidade Gestora durante a realização da auditoria;

- (v) informamos que, para além da auditoria, prestámos ao fundo os seguintes serviços permitidos por lei e pelos regulamentos em vigor: trabalhos de auditoria para efeitos de supervisão prudencial para a emissão do Relatório de Auditoria sobre os elementos de índole financeiros e estatísticos do Fundo, nos termos da Lei n.º 27/2020, de 23 de julho e das Normas Regulamentares da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), n.º 7/2007-R, de 17 de maio e n.º 11/2020-R, de 3 de novembro.

Lisboa, 18 de abril de 2022



João Guilherme Melo de Oliveira
(ROC n.º 873, inscrito na CMVM sob o n.º 20160494),
em representação de BDO & Associados - SROC